



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições sobre o Concurso de Internato Médico para 2015

10:00 - Administração Central de Sistemas de Saúde (ACSS) - Requerida pelo PCP;

11:00 - Associação Nacional dos Estudantes de Medicina - Requerida pelo PSD;

12:00 - Conselho Nacional do Internato Médico - Requerida pelo PCP.

Administração Central de Sistemas de Saúde (ACSS)

(a audição foi integralmente gravada)

Antes do início da audição o Presidente recordou que a candidata a membro do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida, Dr.ª Carla Rodrigues, será ouvida na Comissão de Saúde, no dia 6 de janeiro, e informou que a discussão na especialidade da PPL n.º 2/XIII (1.ª) ALRAM - sobre a «Estratégia nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do dengue» terá lugar no dia 13 de janeiro e que a Comissão recebeu uma carta da Ordem dos Enfermeiros a lamentar não ter sido convidada para estar presente na visita que a Comissão de Saúde realizou ao Algarve, no passado dia 9.

De seguida a Deputada Carla Cruz, após cumprimentar os dirigentes da ACSS, justificou a apresentação do requerimento na sequência do facto de vários médicos terem ficado de fora do mapa de vagas para o concurso de internato médico para 2015, dado que as vagas para ingressar na especialidade são insuficientes para o número de candidatos existente. Falou da ocorrência de «irregularidades, erros, atrasos e falhas na plataforma informática» e perguntou porque não foi dado mais tempo para que fossem corrigidas todas as irregularidades, apesar de ter havido solicitação nesse sentido, e se confirma a disponibilidade de vários interessados no processo, para a resolução do problema.

O Presidente da Administração Central de Sistemas de Saúde (ACSS), Rui Santos Ivo, que veio acompanhado por Pedro Alexandre e por Pedro Nuno Santos, agradeceu as questões colocadas pela Deputada, que lhe dão oportunidade para esclarecer o assunto. Deu a conhecer um «comunicado sobre o processo de escolhas dos candidatos à formação especializada do internato médico, emitido pela ACSS de 4 de dezembro». Fez uma apresentação em *power point* sobre o «Processo de colocação nas especialidades do Internato Médico – Concurso IM 2015», que responde à maioria das questões colocadas pela Deputada. Explicou todo o processo do Internato



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Médico que culmina com a publicação do mapa de vagas das diversas especialidades, ficando preenchidas as 1519 vagas disponibilizadas. O mapa de vagas é elaborado de acordo com o número de pedidos dos organismos de saúde e as capacidades formativas atribuídas pela Ordem dos Médicos (OM), tendo identificado a legislação que regula o internato médico. Deixou claro que a principal preocupação da ACSS foi o de adequar as capacidades formativas ao número de candidatos existente, acrescentando que a lista de colocados não teve qualquer reclamação. Em 2015 é a primeira vez que as capacidades formativas são inferiores ao número total de candidatos, ficando por aprovar capacidades formativas solicitadas por vários hospitais. Informou que, para os 114 médicos não colocados, está a ser preparado um despacho conjunto que assegurará a manutenção dos médicos no sistema.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro endereçou um cumprimento especial ao Presidente da ACSS, teceu várias considerações a todo o processo e colocou questões sobre quais são os critérios para identificar a capacidade formativa, se, *a priori*, são do conhecimento dos estudantes, o que levou a OM a aumentar as vagas e se o governo deu alguma orientação nesse sentido.

Rui Santos Ivo esclareceu que os critérios formativos são da competência da OM, através dos seus colégios de especialidade. Disse que teve orientações da tutela para encontrar vagas que minimizassem o número de médicos sem entrada no concurso.

O Deputado António Sales cumprimentou a ACSS e fez uma análise do problema, começando por salientar que o momento da escolha da especialidade, por parte dos médicos, é muito importante para a sua carreira e que os beneficiários serão os cidadãos, considerando que a formação dos médicos em Portugal é a melhor da Europa. Descreveu o processo, com avanços e recuos, quanto ao número de vagas, que culminou com a publicação do respetivo mapa. Após o Conselho Nacional do Médico Interno ter pedido o adiamento por 48 horas não se percebe porque é que a ACSS não atendeu o pedido.

Rui Santos Ivo agradeceu as questões porque lhe dão oportunidade para clarificar o assunto. Foram avaliados os prós e os contras do adiamento e foi deliberado não adiar, porque lhes pareceu que o prejuízo seria menor. Concorde com a necessidade de desenvolver o planeamento dos recursos humanos da saúde. Pedro Alexandre completou os esclarecimentos prestados, alegando que o calendário das escolhas estava feito e divulgado desde o início de novembro, não havendo razão substantiva para adiar o concurso.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou os responsáveis da ACSS e agradeceu os esclarecimentos já prestados. O facto de haver médicos que ficaram de fora da formação tem consequências para os próprios e para o país, porque é da maior importância para o sistema de



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

saúde em Portugal que os médicos façam a especialidade. Gostaria de saber qual foi a razão da ACSS para divulgar, em nota de 4 de dezembro, que devia ser alargado o número de vagas.

Rui Santos Ivo disse que existem especialidades com carências, que deviam ser olhadas com atenção. Sobre os médicos que ficaram sem aceder às vagas, pensa que seria de propiciar acesso à formação de acordo com os critérios do internato médico, ou seja, realizar nova prova.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou os representantes da ACSS, começando por realçar a importância da formação médica, dizendo que a preocupação com esta formação deve ter como prioridade a qualidade de vida que se deve dar aos cidadãos que nos procuram e que precisam de nós, porque são o centro do nosso trabalho. Face aos problemas elencados, perguntou se a ACSS propõe outra metodologia para o concurso, frisando que para o CDS-PP não estão claros os critérios formativos da OM. Gostaria de saber o que vai acontecer aos médicos que não ficaram colocados e qual vai ser o estatuto que lhes será atribuído.

Rui Santos Ivo agradeceu as questões. Disse que a metodologia da formação médica foi revista recentemente. Quanto aos médicos que não acederam à formação deverão manter o contrato que tinham e exercer funções onde estavam colocados.

Usaram da palavra, na 2.ª ronda, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Carla Cruz, Simão Ribeiro e Helena Freitas, os quais foram prestados pelo Presidente da ACSS.

Neste ponto da ordem do dia assumiu a condução dos trabalhos o Vice-Presidente Moisés Ferreira.

Associação Nacional dos Estudantes de Medicina (ANEM)

(a audição foi integralmente gravada)

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro apresentou o requerimento oral do PSD que propôs a audição da Associação dos Estudantes de Medicina, tendo em conta que são parte interessada no planeamento da formação médica e num futuro concurso para internato médico. Perguntou se haverá médicos suficientes no país ou se a ANEM entende que devem ser aumentadas as vagas para as especialidades e quais as melhorias que deverão ser introduzidas no sistema.

Por parte da ANEM esteve presente Alberto Abreu da Silva, Presidente, Diogo Silva, Vice-Presidente e André Fernandes, Tesoureiro e Presidente eleito.

Alberto Abreu da Silva agradeceu a oportunidade de poder manifestar a posição da ANEM. Fez uma apresentação em *power point*, que será distribuída a todos os Deputados, dizendo que assistiu à anterior audição, que clarificou algumas questões. Informou que a ANEM enviou uma carta aberta à ACSS a pedir que o concurso decorresse normalmente, que não havia motivo lógico



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

para não adiar a data do concurso e que o problema começou em 2008, quando os colegas ingressaram no curso de medicina, fazendo a especialidade parte do curso. Fez algumas reflexões sobre o processo de formação médica, nomeadamente a relação qualidade versus quantidade, o número de estudantes por tutor, a insatisfação estudantil e a revisão dos currículos formativos. Deu conta do número de médicos existente no país, que julga ser suficiente, reconhecendo que a solução passa pela fixação de médicos no Serviço Nacional de Saúde

O Deputado António Sales agradeceu a presença dos representantes da ANEM, que são fulcrais no processo. Colocou questões sobre a eliminação do ano comum que vai ocorrer em 2018, sobre a necessidade de fazer alterações na formação pré graduada e perguntou se existe algum estudo sobre o *numerus clausus* e as necessidades formativas do país.

Alberto Abreu da Silva considerou que a qualidade da formação pré graduada está a ser colocada em causa, especialmente nos anos clínicos, que o ano comum é importante e que não deve ser extinto. Informou que existe um estudo sobre o *numerus clausus* e as necessidades formativas do país elaborado pela Universidade de Coimbra em 2013. Existe carência de anestesiólogistas no setor público, porque vão para o privado, mas não há falta no país.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou os futuros médicos e recordou que só os médicos é que têm a garantia de emprego em Portugal. Relevou a importância do pré-graduado e entende que há coisas a melhorar no pré e no pós-graduado, entendendo também que os médicos poderão escolher livremente se querem trabalhar no público ou no privado. Se a ANEM defende a abolição do concurso para a entrada na especialidade, perguntou qual é o processo que defendem.

Alberto Abreu da Silva disse que todos os médicos têm direito à formação e depois escolhem para onde querem ir trabalhar. Considera que se deve fazer a revisão dos currículos dos cursos formativos.

O Deputado João Ramos saudou o Presidente da ANEM e recordou que o PCP apresentou um projeto de resolução para criar vagas que permitissem resolver o problema dos médicos que ficaram de fora. Valorizou as preocupações apresentadas, não acompanhando contudo algumas das propostas, designadamente a criação de médicos indiferenciados.

Alberto Abreu da Silva agradeceu as questões, dizendo considerar que deve haver uma planificação a longo prazo e que se deve olhar para os *numerus clausus* a sério. No caso da especialidade de medicina geral e familiar, não há falta de médicos, o que há é assimetria dos profissionais. Referiu que os estudantes se preparam para emigrar, o que é grave do ponto de vista do investimento do país. As decisões nem sempre são tomadas tendo em conta as posições dos sabem e conhecem o problema no terreno.



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Usaram da palavra, na 2.ª ronda, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Helena Freitas e João Ramos, os quais foram prestados por Alberto Abreu da Silva. O Presidente em exercício agradeceu a vinda à Comissão dos responsáveis da ANEM, bem como os esclarecimentos prestados.

Conselho Nacional do Internato Médico (CNIM)

(a audição foi integralmente gravada)

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento que pretende esclarecimentos sobre a insuficiência de vagas para o concurso de internato médico de 2015, que impediu 114 jovens médicos de ingressar na especialidade. Agradeceu a presença do CNIM, que assistiu às audições anteriores e teve a oportunidade de ouvir as razões do PCP para apresentar o requerimento. Foi solicitado o adiamento do concurso, que não foi aceite, e gostaria de saber o que têm a dizer sobre o assunto.

O Conselho Nacional do Médico Interno esteve representado por Edson Oliveira e Francisco Mourão. Edson Oliveira esclareceu que o CNIM é um órgão consultivo da OM. Começou por dar conta de todo o processo que começa com os pedidos de vagas, que são dadas pelas ARS's. Disse que existem regras para cada especialidade e são verificados os critérios das capacidades formativas e de idoneidade formativa, que estão publicadas no *síte* da Ordem dos Médicos, salientando que não vão surgir vagas que não tenham capacidade formativa e que os primeiros candidatos, percebendo a confusão, estavam dispostos a adiar o processo porque a lista estava incorreta e o sistema informático falhou.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro perguntou se devem ser reduzidos os *numerus clausus* para garantir a qualidade da formação médica e qual é a intervenção da CNIM.

Edson Oliveira referiu que as capacidades formativas em Portugal estão esgotadas, pelo que deve haver um limite, porque os doentes são insuficientes e há limite de cirurgias, acrescentando que no próximo ano o número de vagas não deve aumentar. A título de informação disse que atualmente estão em formação, em Portugal, dois mil internos de medicina geral e familiar.

O Deputado António Sales referiu que não ficou esclarecido com as respostas da ACSS. Tem havido um incremento no número de formandos, mas há falta de médicos, certamente porque saem do setor público para o privado.

Edson Oliveira considerou que a qualidade da nossa formação atrai médicos estrangeiros, para os quais devia haver limite. Disse que anestesiologia é uma das especialidades mais carenciadas e os médicos que estão em formação seriam suficientes para o setor público, só que muitos vão para o



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

setor privado e outros para o estrangeiro, onde também existe falta. Frisou que há um estudo elaborado pela Universidade de Coimbra que identifica as necessidades em saúde.

O Presidente em exercício agradeceu a vinda à Comissão dos membros do Conselho Nacional do Internato Médico e todos os contributos e esclarecimentos prestados, referindo que o estudo referido será um documento importante.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 dezembro 2015.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Helena Freitas
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Ramos
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Elza Pais
Laura Monteiro Magalhães
Rui Riso
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Maria Antónia de Almeida Santos
Odete Silva

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a Senhora Deputada:

Teresa Caeiro